

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1. Em um balanço patrimonial, são considerados itens ativos não circulantes:
 - (a) aqueles créditos cujo devedor tenha a faculdade plena de adiar o pagamento por prazo superior a doze meses.
 - (b) os realizáveis durante o ciclo operacional da entidade.
 - (c) os que sejam equivalentes de caixa.
 - (d) os que tenham por objetivo ser negociados.

2. Em uma contabilização de fatos contábeis, assinale a alternativa correta para a seguinte operação “O cliente pagou sua dívida, em dinheiro, antes do prazo de vencimento, recebendo desconto”:
 - (a) C – caixa; D – clientes.
 - (b) D – caixa; C – clientes.
 - (c) D – caixa; C – clientes; D – descontos concedidos.
 - (d) C – caixa; D – clientes; D – descontos concedidos.

3. Por “conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis”, entende-se:
 - (a) exigibilidade.
 - (b) circulante.
 - (c) exigíveis a longo prazo.
 - (d) unidade contábil.

4. Tratando-se de uma escrituração contábil regular, uma conta cujo saldo é sempre devedor ou nulo é:
 - (a) ajustes de avaliação patrimonial.
 - (b) depreciação acumulada.
 - (c) fornecedores.
 - (d) recebíveis de venda a prazo.

5. De acordo com as definições da NBC TSP Estrutura Conceitual, a contabilidade pública é a ciência que tem por objeto:
 - (a) as finanças públicas.
 - (b) o patrimônio público.
 - (c) os bens públicos.
 - (d) o orçamento público.

6. A teor do art. 35, da Lei n° 4.320/64, que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesa nele empenhada, adota-se o regime:

- (a) misto.
- (b) de competência.
- (c) compensatório.
- (d) de caixa.

7. No termos da Lei n.º 4.320/1964, o estado da Federação que, em 2022, arrecadar uma receita não prevista no orçamento desse ano deverá:

- (a) lançar essa arrecadação na contabilidade, classificando-a como receita extraorçamentária.
- (b) suspender a utilização do valor arrecadado até deliberação da respectiva assembleia legislativa.
- (c) modificar a lei orçamentária de 2022.
- (d) registrar essa arrecadação na contabilidade, classificando-a como receita orçamentária.

8. Em relação ao orçamento público, o princípio que visa a evitar múltiplos orçamentos dentro de cada nível federativo é o denominado:

- (a) da universalidade.
- (b) da exclusividade.
- (c) do equilíbrio.
- (d) da unidade.

9. Em relação ao Plano Plurianual, assinalar a alternativa CORRETA:

- (a) poderá ser revisto, com inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes da lei que o instituiu, mediante proposta do Poder Executivo, apresentada sob a forma de projeto de lei.
- (b) poderá ser revisto, com inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes da lei que o instituiu, por ordem do controle externo representado pelo Tribunal de Contas.
- (c) poderá ser revisto, com inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes da lei que o instituiu, mediante proposta popular, através de ação civil pública.
- (d) não pode ser revisto depois de sua aprovação.

10. A Lei das Diretrizes Orçamentárias:

- (a) disporá sobre as hipóteses em que a lei orçamentária possa fixar crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- (b) estabelecerá medidas de compensação para renúncia de receitas no projeto de lei orçamentária anual Receita patrimonial.
- (c) não deverá abordar os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, uma vez que estas já estão estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos e não podem ser reformuladas.
- (d) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

GABARITO:

1. A
2. C
3. B
4. D
5. D
6. A
7. D
8. D
9. A
10. D